



Política de Certificado de Assinatura Digital Tipo A1 da Autoridade Certificadora PRODEMGE SSL

Classificação: Pública
Versão 1.0
Fevereiro de 2019



CONTROLE DE ALTERAÇÕES E VERSÕES

VERSÃO	DATA	RESOLUÇÃO QUE APROVOU A ALTERAÇÃO	ITEM ALTERADO	DESCRIÇÃO DA ALTERAÇÃO
1.0	07/06/2018	-	-	Versão inicial
1.1	25/01/2019	Resolução 150	7.1.4	Inclui no certificado digital o CNPJ da Autoridade de Registro onde ocorreu a identificação presencial.
		Resolução 128	7.1.2.3c	Aprova a obrigatoriedade de implementação da extensão Subject Alternative Name Para Certificados do Tipo SSL/TLS.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Visão Geral	10
1.2. Identificação	10
1.3. Comunidade e Aplicabilidade	10
1.3.1. Autoridades Certificadoras	10
1.3.2. Autoridades de Registro	10
1.3.3. Prestador de Serviço de Suporte	11
1.3.4. Titulares de Certificado	11
1.3.5. Aplicabilidade	11
1.4. Dados de Contato	12
2. DISPOSIÇÕES GERAIS	13
2.1. Obrigações e Direitos	13
2.1.1. Obrigações da AC	13
2.1.2. Obrigações das AR	13
2.1.3. Obrigações do Titular do Certificado	13
2.1.4. Direitos da Terceira Parte (Relying Party)	13
2.1.5. Obrigações do Repositório	13
2.2. Responsabilidades	13
2.2.1. Responsabilidades da AC	13
2.2.2. Responsabilidades das AR	13
2.3. Responsabilidade Financeira	13
2.3.1. Indenizações devidas pela terceira parte(Relying Party)	13
2.3.2. Relações Fiduciárias	13
2.3.3. Processos Administrativos	13
2.4. Interpretação e Execução	13
2.4.1. Legislação	13
2.4.2. Forma de interpretação e notificação	13
2.4.3. Procedimentos da solução de disputa	13
2.5. Tarifas de Serviço	13
2.5.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados	13
2.5.2. Tarifas de acesso ao certificado	13
2.5.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status	13
2.5.4. Tarifas para outros serviços	13
2.5.5. Política de reembolso	13
2.6. Publicação e Repositório	13

2.6.1.	Publicação de informação da AC.....	13
2.6.2.	Frequência de publicação.....	13
2.6.3.	Controles de acesso	13
2.6.4.	Repositórios	13
2.7.	Fiscalização e Auditoria de Conformidade	13
2.8.	Sigilo.....	13
2.8.1.	Disposições gerais.....	13
2.8.2.	Tipos de informações sigilosas	13
2.8.3.	Tipos de informações não sigilosas.....	13
2.8.4.	Divulgação de informação de revogação ou suspensão de certificado	13
2.8.5.	Quebra de sigilo por motivos legais.....	13
2.8.6.	Informações a terceiros.....	13
2.8.7.	Divulgação por solicitação do Titular	13
2.8.8.	Outras circunstâncias de divulgação de informação	13
2.9.	Direitos de Propriedade Intelectual.....	13
3.	IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO	14
3.1.	Registro Inicial	14
3.1.1.	Disposições Gerais	14
3.1.2.	Tipos de nomes.....	14
3.1.3.	Necessidade de nomes significativos.....	14
3.1.4.	Regras para interpretação de vários tipos de nomes.....	14
3.1.5.	Unicidade de nomes	14
3.1.6.	Procedimento para resolver disputa de nomes	14
3.1.7.	Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas	14
3.1.8.	Método para comprovar a posse de chave privada	14
3.1.9.	Autenticação da identidade de um indivíduo	14
3.1.10.	Autenticação da identidade de uma organização	14
3.1.11.	Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação	14
3.1.12.	Autenticação de identificação de equipamento para certificado CF-e-SAT	14
3.2.	Geração de novo par de chaves antes da expiração do atual.....	14
3.3.	Geração de novo par de chaves após expiração ou revogação	14
3.4.	Solicitação de Revogação	14
4.	REQUISITOS OPERACIONAIS	15
4.1.	Solicitação de Certificado	15
4.2.	Emissão de Certificado	15
4.3.	Aceitação de Certificado.....	15

4.4.	Suspensão e Revogação de Certificado	15
4.4.1.	Circunstâncias para revogação.....	15
4.4.2.	Quem pode solicitar revogação	15
4.4.3.	Procedimento para solicitação de revogação.....	15
4.4.4.	Prazo para solicitação de revogação.....	15
4.4.5.	Circunstâncias para suspensão	15
4.4.6.	Quem pode solicitar suspensão	15
4.4.7.	Procedimento para solicitação de suspensão	15
4.4.8.	Limites no período de suspensão.....	15
4.4.9.	Frequência de emissão de LCR.....	15
4.4.10.	Requisitos para verificação de LCR	15
4.4.11.	Disponibilidade para revogação ou verificação de status on-line	15
4.4.12.	Requisitos para verificação de revogação on-line.....	15
4.4.13.	Outras formas disponíveis para divulgação de revogação.....	15
4.4.14.	Requisitos para verificação de outras formas de divulgação de revogação.....	15
4.4.15.	Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave	15
4.5.	Procedimentos de Auditoria de Segurança	15
4.5.1.	Tipos de eventos registrados	15
4.5.2.	Frequência de auditoria de registros (logs)	15
4.5.3.	Período de retenção para registros (logs) de auditoria	15
4.5.4.	Proteção de registro (log) de auditoria.....	15
4.5.5.	Procedimentos para cópia de segurança (backup) de registro (log) de auditoria 15	
4.5.6.	Sistema de coleta de dados de auditoria.....	15
4.5.7.	Notificação de agentes causadores de eventos	15
4.5.8.	Avaliações de vulnerabilidade	15
4.6.	Arquivamento de Registros.....	15
4.6.1.	Tipos de registros arquivados	15
4.6.2.	Período de retenção para arquivo	15
4.6.3.	Proteção de arquivo	15
4.6.4.	Procedimentos para cópia de segurança (backup) de arquivo	15
4.6.5.	Requisitos para datação (time-stamping) de registros	15
4.6.6.	Sistema de coleta de dados de arquivo	15
4.6.7.	Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo.....	15
4.7.	Troca de chave	15
4.8.	Comprometimento e Recuperação de Desastre	15

4.8.1.	Recursos computacionais, software, e dados corrompidos.....	15
4.8.2.	Certificado de entidade é revogado.....	15
4.8.3.	Chave da entidade é comprometida.....	15
4.8.4.	Segurança dos recursos após desastre natural ou de outra natureza.....	15
4.8.5.	Atividades das Autoridades de Registro.....	15
4.9.	Extinção dos serviços de AC, AR ou PSS.....	15
5.	CONTROLES DE SEGURANÇA FÍSICA, PROCEDIMENTAL E DE PESSOAL	16
5.1.	Controles Físicos	16
5.1.1.	Construção e localização das instalações	16
5.1.2.	Acesso físico nas instalações de AC	16
5.1.3.	Energia e ar condicionado nas instalações de AC.....	16
5.1.4.	Exposição à água nas instalações de AC	16
5.1.5.	Prevenção e proteção contra incêndio nas instalações de AC.....	16
5.1.6.	Armazenamento de mídia nas instalações de AC	16
5.1.7.	Destruição de lixo nas instalações de AC.....	16
5.1.8.	Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC.....	16
5.1.9.	Instalações técnicas de AR	16
5.2.	Controles Procedimentais	16
5.2.1.	Perfis qualificados.....	16
5.2.2.	Número de pessoas necessário por tarefa	16
5.2.3.	Identificação e autenticação para cada perfil	16
5.3.	Controles de Pessoal	16
5.3.1.	Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade	16
5.3.2.	Procedimentos de verificação de antecedentes.....	16
5.3.3.	Requisitos de treinamento.....	16
5.3.4.	Frequência e requisitos para reciclagem técnica	16
5.3.5.	Frequência e sequencia de rodízio de cargos	16
5.3.6.	Sanções para ações não autorizadas	16
5.3.7.	Requisitos para contratação de pessoal	16
5.3.8.	Documentação fornecida ao pessoal.....	16
6.	CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA	17
6.1.	Geração e Instalação do Par de Chaves.....	17
6.1.1.	Geração do par de chaves	17
6.1.2.	Entrega da chave privada à entidade titular do certificado	18
6.1.3.	Entrega da chave pública para emissor de certificado.....	18

6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários	18
6.1.5. Tamanhos de chave.....	18
6.1.6. Geração de parâmetros de chaves assimétricas	18
6.1.7. Verificação da qualidade dos parâmetros	18
6.1.8. Geração de chave por hardware ou software	18
6.1.9. Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)	18
6.2. Proteção da Chave Privada	18
6.2.1. Padrões para módulo criptográfico	18
6.2.2. Controle “n de m” para chave privada	18
6.2.3. Recuperação (escrow) de chave privada	19
6.2.4. Cópia de segurança (backup) de chave privada	19
6.2.5. Arquivamento de chave privada.....	19
6.2.6. Inserção de chave privada em módulo criptográfico.....	19
6.2.7. Método de ativação de chave privada	19
6.2.8. Método de desativação de chave privada.....	19
6.2.9. Método de destruição de chave privada	19
6.3. Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves	19
6.3.1. Arquivamento de chave pública	19
6.3.2. Períodos de uso para as chaves pública e privada	20
6.4. Dados de Ativação	20
6.4.1. Geração e instalação dos dados de ativação.....	20
6.4.2. Proteção dos dados de ativação	20
6.4.3. Outros aspectos dos dados de ativação	20
6.5. Controles de Segurança Computacional.....	20
6.5.1. Requisitos técnicos específicos de segurança computacional.....	20
6.5.2. Classificação da segurança computacional.....	20
6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida	20
6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema	20
6.6.2. Controles de gerenciamento de segurança	21
6.6.3. Classificações de segurança de ciclo de vida	21
6.7. Controles de Segurança de Rede	21
6.8. Controles de Engenharia do Módulo Criptográfico.....	21
7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR	22
7.1. Perfil do Certificado.....	22
7.1.1. Número de versão	22
7.1.2. Extensões de certificado	22

7.1.3. Identificadores de algoritmo.....	24
7.1.4. Formatos de nome	24
7.1.5. Restrições de nome	24
7.1.6.OID (Object Identifier) de Política de Certificado	25
7.1.7. Uso da extensão “Policy Constraints”	25
7.1.8. Sintaxe e semântica dos qualificadores de política	25
7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas	25
7.2. Perfil de LCR.....	25
7.2.1. Número(s) de versão	25
7.2.2.Extensões de LCR e de suas entradas	25
8. ADMINISTRAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO	26
8.1. Procedimentos de mudança de especificação	26
8.2. Políticas de publicação e notificação	26
8.3. Procedimentos de aprovação	26
9. DOCUMENTOS REFERENCIADOS	27

LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

Acrônimo e Sigla	Descrição
AC	Autoridade Certificadora
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
AR	Autoridade de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CF-e	Cupom Fiscal Eletrônico
CG ICP-Brasil	Comitê Gestor da ICP-Brasil
CI	Cédula de Identidade
CNE	Cadastro Nacional de Estrangeiro
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DN	Distinguished Name
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
FCT	Fonte Confiável do Tempo
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IEC	International Electrotechnical Commission
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	International Organization for Standardization
ITSEC	European Information Technology Security Evaluation Criteria
ITU	International Telecommunications Union
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIS	Número de Identificação Social
OCSP	Online Certificate Status Protocol
OID	Object Identifier
OM-BR	Objetos Metrológicos ICP-Brasil
OU	Organization Unit
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Política de Certificado
PCI	Política de Classificação de Informação
PCN	Plano de Continuidade de Negócio
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa Jurídica
POP	Proof of Possession
PS	Política de Segurança
PRD	Plano de Recuperação de Desastres
Prodemge	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RFC	Request For Comments
SAT	Sistema Autenticador e Transmissor
SSL	Secure Socket Layer
UF	Unidade de Federação

1. INTRODUÇÃO

1.1. Visão Geral

1.1.1. Este documento descreve as “Políticas de Certificado” (PC) de Assinatura Digital Tipo A1 da Autoridade Certificadora PRODEMGE SSL na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

1.1.2. A estrutura desta PC está baseada no documento REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL [1] do Comitê Gestor da ICP-Brasil – Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificados na ICP-Brasil e na RFC 3647 (Internet X.509 Public Key Infrastructure - Certificate Policy and Certification Practices Framework).

1.1.3. Não se aplica.

1.1.4. Não se aplica.

1.1.5. Não se aplica.

1.1.6. Não se aplica.

1.1.7. Não se aplica.

1.1.7A. Não se aplica.

1.1.8. Não se aplica.

1.2. Identificação

1.2.1. Esta PC é chamada “Política de Certificado de assinatura digital Tipo A1 da Autoridade Certificadora PRODEMGE SSL” e referida como “PC A1 da AC PRODEMGE SSL”. Esta PC descreve os usos relacionados ao certificado de assinatura digital correspondente ao tipo A1 no REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL [1] do Comitê Gestor da ICP-Brasil. O OID (object identifier) desta PC é **2.16.76.1.2.1.95**.

1.2.2. Não se aplica.

1.3. Comunidade e Aplicabilidade

1.3.1. Autoridades Certificadoras

1.3.1.1. Esta PC refere-se exclusivamente à AC PRODEMGE SSL no âmbito da ICP-Brasil.

1.3.1.2. As práticas e procedimentos de certificação da AC PRODEMGE SSL estão descritos na Declaração de Práticas de Certificação da AC PRODEMGE SSL (DPC da AC PRODEMGE SSL).

1.3.2. Autoridades de Registro

1.3.2.1. Os dados a seguir, referentes às Autoridades de Registro (AR) utilizadas pela AC PRODEMGE SSL para os processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitações de emissão ou de revogação de certificados digitais e de identificação de seus solicitantes, são publicados em endereço web da AC PRODEMGE SSL (<https://www.prodemge.gov.br/certificacaodigital/atendimento/postos-de-atendimento>):

- a) relação de todas as AR credenciadas, com informações sobre as PC que implementam;
- b) para cada AR credenciada, os endereços de todas as instalações técnicas, autorizadas pela AC Raiz a funcionar;
- c) para cada AR credenciada, relação de eventuais postos provisórios autorizados pela AC Raiz a funcionar, com data de criação e encerramento de atividades;
- d) relação de AR que tenham se descredenciado da cadeia da AC PRODEMGE SSL, com respectiva data do descredenciamento;

- e) relação de instalações técnicas de AR credenciada que tenham deixado de operar, com respectiva data de encerramento das atividades;
- f) acordos operacionais celebrados pelas AR vinculadas com outras AR da ICP-Brasil, se for o caso.

1.3.2.2. A AC PRODEMGE SSL mantém as informações acima sempre atualizadas.

1.3.3. Prestador de Serviço de Suporte

1.3.3.1. A relação de todos os Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) vinculados diretamente a AC PRODEMGE SSL e/ou por intermédio de suas AR é publicada em endereço *web* da AC PRODEMGE SSL (<https://www.prodemge.gov.br/certificacaodigital>).

1.3.3.2. PSS são entidades utilizadas pela AC e/ou suas AR para desempenhar atividade descrita na DPC ou nesta PC e se classificam em três categorias, conforme o tipo de atividade prestada:

- a) disponibilização de infraestrutura física e lógica;
- b) disponibilização de recursos humanos especializados;
- c) disponibilização de infraestrutura física e lógica e de recursos humanos especializados.

1.3.3.3. A AC PRODEMGE SSL mantém as informações acima sempre atualizadas.

1.3.4. Titulares de Certificado

Pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, podem ser titulares de Certificado.

1.3.5. Aplicabilidade

1.3.5.1. Neste item são relacionadas as aplicações para as quais os certificados definidos por esta PC são adequados.

1.3.5.2. As aplicações e demais programas que admitem o uso de certificado digital de um determinado tipo, contemplado pela ICP-Brasil, aceitam qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.3.5.3. A AC PRODEMGE SSL leva em conta o nível de segurança previsto para o certificado definido por esta PC na definição das aplicações para o certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados (LCR) e extensão do período de validade do certificado.

1.3.5.4. Os certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL no âmbito desta PC podem ser utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.3.5.5. Não se aplica.

1.3.5.6. Não se aplica.

1.3.5.7. Não se aplica.

1.3.5.8. Não se aplica.

1.4. Dados de Contato

Empresa:	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE
Endereço:	Rua da Bahia, 2277 Bairro de Lourdes CEP: 30.160-012 Belo Horizonte - MG
Telefone Fixo:	31 3339-1280
Nome:	Jacira dos Reis Xavier
E-mail geral:	acprodemge@prodemge.gov.br

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC PRODEMGE SSL.

2.1. Obrigações e Direitos

- 2.1.1. Obrigações da AC**
- 2.1.2. Obrigações das AR**
- 2.1.3. Obrigações do Titular do Certificado**
- 2.1.4. Direitos da Terceira Parte (Relying Party)**
- 2.1.5. Obrigações do Repositório**

2.2. Responsabilidades

- 2.2.1. Responsabilidades da AC**
- 2.2.2. Responsabilidades das AR**

2.3. Responsabilidade Financeira

- 2.3.1. Indenizações devidas pela terceira parte(Relying Party)**
- 2.3.2. Relações Fiduciárias**
- 2.3.3. Processos Administrativos**

2.4. Interpretação e Execução

- 2.4.1. Legislação**
- 2.4.2. Forma de interpretação e notificação**
- 2.4.3. Procedimentos da solução de disputa**

2.5. Tarifas de Serviço

- 2.5.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados**
- 2.5.2. Tarifas de acesso ao certificado**
- 2.5.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status**
- 2.5.4. Tarifas para outros serviços**
- 2.5.5. Política de reembolso**

2.6. Publicação e Repositório

- 2.6.1. Publicação de informação da AC**
- 2.6.2. Frequência de publicação**
- 2.6.3. Controles de acesso**
- 2.6.4. Repositórios**

2.7. Fiscalização e Auditoria de Conformidade

2.8. Sigilo

- 2.8.1. Disposições gerais**
- 2.8.2. Tipos de informações sigilosas**
- 2.8.3. Tipos de informações não sigilosas**
- 2.8.4. Divulgação de informação de revogação ou suspensão de certificado**
- 2.8.5. Quebra de sigilo por motivos legais**
- 2.8.6. Informações a terceiros**
- 2.8.7. Divulgação por solicitação do Titular**
- 2.8.8. Outras circunstâncias de divulgação de informação**

2.9. Direitos de Propriedade Intelectual

3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC PRODEMGE SSL.

3.1. Registro Inicial

3.1.1. Disposições Gerais

3.1.2. Tipos de nomes

3.1.3. Necessidade de nomes significativos

3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes

3.1.5. Unicidade de nomes

3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes

3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas

3.1.8. Método para comprovar a posse de chave privada

3.1.9. Autenticação da identidade de um indivíduo

3.1.9.1. Documentos para efeitos de identificação de um indivíduo

3.1.9.2. Informações contidas no certificado emitido para um indivíduo

3.1.10. Autenticação da identidade de uma organização

3.1.10.1. Disposições Gerais

3.1.10.2. Documentos para efeitos de identificação de uma organização

3.1.10.3. Informações contidas no certificado emitido para uma organização

3.1.11. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação

3.1.11.1 Disposições Gerais

3.1.11.2. Procedimentos para efeitos de identificação de um equipamento ou aplicação

3.1.11.3. Informações contidas no certificado emitido para um equipamento ou aplicação

3.1.12. Autenticação de identificação de equipamento para certificado CF-e-SAT

3.2. Geração de novo par de chaves antes da expiração do atual

3.3. Geração de novo par de chaves após expiração ou revogação

3.4. Solicitação de Revogação

4. REQUISITOS OPERACIONAIS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC PRODEMGE SSL.

- 4.1. Solicitação de Certificado**
- 4.2. Emissão de Certificado**
- 4.3. Aceitação de Certificado**
- 4.4. Suspensão e Revogação de Certificado**
 - 4.4.1. Circunstâncias para revogação**
 - 4.4.2. Quem pode solicitar revogação**
 - 4.4.3. Procedimento para solicitação de revogação**
 - 4.4.4. Prazo para solicitação de revogação**
 - 4.4.5. Circunstâncias para suspensão**
 - 4.4.6. Quem pode solicitar suspensão**
 - 4.4.7. Procedimento para solicitação de suspensão**
 - 4.4.8. Limites no período de suspensão**
 - 4.4.9. Frequência de emissão de LCR**
 - 4.4.10. Requisitos para verificação de LCR**
 - 4.4.11. Disponibilidade para revogação ou verificação de status on-line**
 - 4.4.12. Requisitos para verificação de revogação on-line**
 - 4.4.13. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação**
 - 4.4.14. Requisitos para verificação de outras formas de divulgação de revogação**
 - 4.4.15. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave**
- 4.5. Procedimentos de Auditoria de Segurança**
 - 4.5.1. Tipos de eventos registrados**
 - 4.5.2. Frequência de auditoria de registros (logs)**
 - 4.5.3. Período de retenção para registros (logs) de auditoria**
 - 4.5.4. Proteção de registro (log) de auditoria**
 - 4.5.5. Procedimentos para cópia de segurança (backup) de registro (log) de auditoria**
 - 4.5.6. Sistema de coleta de dados de auditoria**
 - 4.5.7. Notificação de agentes causadores de eventos**
 - 4.5.8. Avaliações de vulnerabilidade**
- 4.6. Arquivamento de Registros**
 - 4.6.1. Tipos de registros arquivados**
 - 4.6.2. Período de retenção para arquivo**
 - 4.6.3. Proteção de arquivo**
 - 4.6.4. Procedimentos para cópia de segurança (backup) de arquivo**
 - 4.6.5. Requisitos para datação (time-stamping) de registros**
 - 4.6.6. Sistema de coleta de dados de arquivo**
 - 4.6.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo**
- 4.7. Troca de chave**
- 4.8. Comprometimento e Recuperação de Desastre**
 - 4.8.1. Recursos computacionais, software, e dados corrompidos**
 - 4.8.2. Certificado de entidade é revogado**
 - 4.8.3. Chave da entidade é comprometida**
 - 4.8.4. Segurança dos recursos após desastre natural ou de outra natureza**
 - 4.8.5. Atividades das Autoridades de Registro**
- 4.9. Extinção dos serviços de AC, AR ou PSS**

5. CONTROLES DE SEGURANÇA FÍSICA, PROCEDIMENTAL E DE PESSOAL

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC PRODEMGE SSL.

5.1. Controles Físicos

5.1.1. Construção e localização das instalações

5.1.2. Acesso físico nas instalações de AC

5.1.2.1. Níveis de acesso

5.1.2.2. Sistemas físicos de detecção

5.1.2.3. Sistema de controle de acesso

5.1.2.4. Mecanismos de emergência

5.1.3. Energia e ar condicionado nas instalações de AC

5.1.4. Exposição à água nas instalações de AC

5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio nas instalações de AC

5.1.6. Armazenamento de mídia nas instalações de AC

5.1.7. Destruição de lixo nas instalações de AC

5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC

5.1.9. Instalações técnicas de AR

5.2. Controles Procedimentais

5.2.1. Perfis qualificados

5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa

5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil

5.3. Controles de Pessoal

5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade

5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes

5.3.3. Requisitos de treinamento

5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica

5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos

5.3.6. Sanções para ações não autorizadas

5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal

5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal

6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

6.1. Geração e Instalação do Par de Chaves

6.1.1. Geração do par de chaves

6.1.1.1. O par de chaves criptográficas é gerado pelo titular do certificado, quando este for uma pessoa física. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, esta indicará por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas e pelo uso do certificado.

6.1.1.1.1. Não se aplica.

6.1.1.1.2. Não se aplica.

6.1.1.2. A geração do par de chaves criptográficas ocorre, no mínimo, utilizando Cryptographic Service Provider (CSP) existente na estação do solicitante apresentados pelo browser e, quando da geração, a chave privada é armazenada no HD da estação.

A chave privada poderá ser exportada e armazenada (cópia de segurança) em mídia externa – pendrive, token ou cartão inteligente - e protegida por senha de acesso.

6.1.1.3. O algoritmo a ser utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados adota o padrão RSA conforme definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [2].

6.1.1.4. Ao ser gerada, a chave privada do titular do certificado deve ser gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [2]. As chaves privadas correspondentes aos certificados poderão ser armazenadas em repositório protegido por senha, cifrado por software no meio de armazenamento definido para o tipo de certificado A1.

6.1.1.5. A chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior, entre o dispositivo gerador e a mídia utilizada para o seu armazenamento.

6.1.1.6. O meio de armazenamento da chave privada utilizado pelo titular assegura, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

- a) a chave privada utilizada na geração de uma assinatura é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;
- b) a chave privada utilizada na geração de uma assinatura não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e que está protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis;
- c) a chave privada utilizada na geração de uma assinatura pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7. O meio de armazenamento não deve modificar os dados a serem assinados, nem impedir que estes dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura.

O tipo de certificado emitido pela AC PRODEMGE SSL e descrito nesta PC é o A1.

Tipo de Certificado	Mídia Armazenadora de Chave Criptográfica (Requisitos Mínimos)
A1	Repositório protegido por senha e/ou identificação biométrica, cifrado por software na forma definida acima.

Nota: para certificados do tipo A CF-e-SAT, T3 e T4, a exigência de homologação das mídias para geração e armazenamento de chaves criptográficas fica suspensa até ulterior deliberação do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

6.1.1.8. A responsabilidade pela adoção de controles de segurança para a garantia do sigilo, integridade e disponibilidade da chave privada gerada no equipamento é do titular do certificado, conforme especificado no Termo de Titularidade, no caso de certificados de pessoa física, e da pessoa responsável, indicada por seu(s) representante(s) legal(s), conforme especificado no Termo de Responsabilidade, no caso de certificados de pessoa jurídica, de aplicações.

6.1.2. Entrega da chave privada à entidade titular do certificado

Não se aplica.

6.1.3. Entrega da chave pública para emissor de certificado

A entrega da chave pública do solicitante do certificado, é feita por meio eletrônico, em formato PKCS#10, através de uma sessão segura Secure Socket Layer (SSL).

6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários

A AC PRODEMGE SSL disponibiliza o seu certificado e todos os certificados da cadeia de certificação, para os usuários da ICP-Brasil, através endereços *web*: http://icp-brasil.ac.prodemge.gov.br/repositorio/certificado/ac_prodemge_ssl/ac_prodemge_ssl.p7c.

6.1.5. Tamanhos de chave

6.1.5.1. O tamanho das chaves criptográficas associadas aos certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL é de 2048 bits para a cadeia de certificação V5.

6.1.5.2. Os algoritmos e o tamanho de chaves criptográficas utilizados no certificado Tipo A1 da ICP-Brasil está definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [2].

6.1.6. Geração de parâmetros de chaves assimétricas

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas dos titulares de certificados adotam, no mínimo, o padrão estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [2].

6.1.7. Verificação da qualidade dos parâmetros

Os parâmetros são verificados de acordo com as normas estabelecidas pelo padrão definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [2].

6.1.8. Geração de chave por hardware ou software

A geração das chaves criptográficas do Certificado Tipo A1 desta PC, é realizada por software.

6.1.9. Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)

Os certificados têm ativados apenas o bit *digitalSignature*.

Os pares de chaves correspondentes aos certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL podem ser utilizados para a assinatura digital (chave privada), para a verificação dela (chave pública), para a garantia do não repúdio e para cifragem de chaves.

6.2. Proteção da Chave Privada

6.2.1. Padrões para módulo criptográfico

Não se aplica.

6.2.2. Controle “n de m” para chave privada

Não se aplica.

6.2.3. Recuperação (escrow) de chave privada

Não é permitida, no âmbito da ICP-Brasil, a recuperação (escrow) de chaves privadas de assinatura, isto é, não se permite que terceiros possam obter uma chave privada de assinatura sem o consentimento do titular do certificado.

6.2.4. Cópia de segurança (backup) de chave privada

6.2.4.1. Com exceção das chaves privadas vinculadas a certificados do tipo A CF-e-SAT, T3 e T4, que não podem possuir cópia de segurança, qualquer titular de certificado dos demais tipos poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua própria chave privada.

6.2.4.2. A AC PRODEMGE SSL não mantém cópia de segurança de chave privada de titular de certificado de assinatura digital por ela emitido.

6.2.4.3. Em qualquer caso, a cópia de segurança é armazenada, cifrada, por algoritmo simétrico 3-DES, IDEA, SAFER+ ou outros aprovados pelo CG da ICP-Brasil, e protegida com um nível de segurança não inferior àquele definido para a chave original.

6.2.4.4. O titular do certificado, quando realizar uma cópia de segurança da sua chave privada, deve observar que esta cópia deve ser efetuada com, no mínimo, os mesmos requerimentos de segurança da chave original.

6.2.5. Arquivamento de chave privada

6.2.5.1. A AC PRODEMGE SSL não arquiva cópias de chaves privadas de assinatura digital de titulares de certificados.

6.2.5.2. Define-se arquivamento como o armazenamento da chave privada para seu uso futuro, após o período de validade do certificado correspondente.

6.2.6. Inserção de chave privada em módulo criptográfico

Os Titulares de Certificados poderão optar por utilizar um hardware criptográfico, cartão inteligente ou token, para armazenar sua chave privada após a aceitação do certificado.

6.2.7. Método de ativação de chave privada

O titular do certificado pode definir procedimentos necessários para a ativação de sua chave privada.

6.2.8. Método de desativação de chave privada

O titular de certificado pode definir procedimentos necessários para a desativação de sua chave privada.

6.2.9. Método de destruição de chave privada

O titular de certificado pode definir procedimentos necessários para a destruição de sua chave privada.

6.3. Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves

6.3.1. Arquivamento de chave pública

As chaves públicas dos titulares de certificados de assinatura digital emitidos pela AC PRODEMGE SSL permanecem armazenadas após a expiração dos correspondentes

certificados, permanentemente, na forma da legislação em vigor, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

6.3.2. Períodos de uso para as chaves pública e privada

6.3.2.1. As chaves privadas de assinatura dos respectivos titulares de certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL são utilizadas apenas durante período de validade dos certificados correspondentes. As correspondentes chaves públicas podem ser utilizadas durante todo o período de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação das assinaturas geradas durante o prazo de validade dos respectivos certificados.

6.3.2.2. Não se aplica.

6.3.2.3. O período máximo de validade admitido para certificados de assinatura digital Tipo A1 da AC PRODEMGE SSL é de 1 (um) ano.

6.4. Dados de Ativação

6.4.1. Geração e instalação dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são únicos e aleatórios.

6.4.2. Proteção dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são protegidos contra uso não autorizado.

6.4.3. Outros aspectos dos dados de ativação

Não se aplica.

6.5. Controles de Segurança Computacional

6.5.1. Requisitos técnicos específicos de segurança computacional

O titular do certificado é responsável pela segurança computacional dos sistemas nos quais são geradas e utilizadas as chaves privadas e deve zelar por sua integridade. O equipamento onde são gerados os pares de chaves criptográficas do titular do certificado deve dispor de mecanismos mínimos que garantam a segurança computacional, com proteção anti-vírus e criptografia 3DES para a chave privada, armazenada no HD.

6.5.2. Classificação da segurança computacional

Não se aplica.

6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida

A AC PRODEMGE SSL desenvolve sistemas apenas com finalidade relacionada à operação de suas AR vinculadas.

6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema

6.6.1.1. A AC PRODEMGE SSL utiliza o Processo de Software Prodemge fundamentado nos modelos de referências: Unified Process – UP e Melhoria do Processo de Software Brasileiro – MPS.BR. Contém as abordagens: tradicional e ágil e utiliza os padrões de engenharia de software aplicáveis ao contexto da Prodemge. É iterativo, incremental, adaptativo, configurável e com foco na qualidade de software, possibilitando o desenvolvimento e a manutenção de software em diferentes plataformas tecnológicas.

6.6.1.2. Os processos de projeto e desenvolvimento conduzidos pela AC PRODEMGE SSL provêm documentação suficiente para suportar avaliações externas de segurança dos componentes da AC PRODEMGE SSL.

6.6.2. Controles de gerenciamento de segurança

6.6.2.1. A AC PRODEMGE SSL verifica os níveis configurados de segurança com periodicidade semanal e através de ferramentas do próprio sistema operacional. As verificações são feitas através da emissão de comandos de sistema e comparando-se com as configurações aprovadas. Em caso de divergência, são tomadas as medidas para recuperação da situação, conforme a natureza do problema e averiguação do fato gerador do problema para evitar sua recorrência.

6.6.2.2. A AC PRODEMGE SSL utiliza metodologia formal de gerenciamento de configuração para a instalação e a contínua manutenção do sistema.

6.6.3. Classificações de segurança de ciclo de vida

Não se aplica.

6.7. Controles de Segurança de Rede

Não se aplica.

6.8. Controles de Engenharia do Módulo Criptográfico

Não se aplica.

7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR

7.1. Perfil do Certificado

Todos os certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8.

7.1.1. Número de versão

Os certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL implementam a versão 3 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.1.2. Extensões de certificado

7.1.2.1. Neste item, a PC descreve todas as extensões de certificado utilizadas pela AC PRODEMGE SSL e sua criticalidade.

7.1.2.2. Extensões Obrigatórias:

Os certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL obedecem a ICP-Brasil, que define como obrigatórias as seguintes extensões:

- a) **“Authority Key Identifier”, não crítica:** o campo *keyIdentifier* contém o hash SHA-1 da chave pública da AC PRODEMGE SSL;
- b) **“Key Usage”, crítica:** somente os bits *digitalSignature*, *nonRepudiation* e *keyEncipherment* estão ativados;
- c) **“Certificate Policies”, não crítica:** contém:
 - O OID desta PC: 2.16.76.1.2.1.95;
 - Os campos *policyQualifiers* contém o endereço *web* da DPC AC PRODEMGE SSL:
http://icp-brasil.ac.prodemge.gov.br/repositorio/dpc/ac_prodemge_ssl/dpc_ac_prodemge_ssl.pdf ;
- d) **“CRL Distribution Points”, não crítica:** contém os endereços *web* onde se obtém a LCR da AC PRODEMGE SSL:
 - Para certificados emitidos na V1:
http://icp-brasil.ac.prodemge.gov.br/repositorio/lcr/ac_prodemge_ssl/lcr_ac_prodemge_ssl.crl
 - http://icp-brasil2.acprodemge.com.br/repositorio/lcr/ac_prodemge_ssl/lcr_ac_prodemge_ssl.crl
- e) **“Authority Information Access”, não crítica:** contém o endereço de acesso aos certificados da cadeia de certificação através do link:
http://icp-brasil.ac.prodemge.gov.br/repositorio/certificado/ac_prodemge_ssl/ac_prodemge_ssl.p7c ;
e o endereço de acesso ao serviço de Consulta On-Line de Situação de Certificado (Online Certificate Status Protocol - OCSP) no link:
<http://ocsp.ac-prodemge-ssl.ac.prodemge.gov.br> ;
- f) **“basicConstraints”, não crítica:** contém o campo *cA=False*.

7.1.2.3. Os certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL possuem a extensão “Subject Alternative Name”, não crítica e com os seguintes formatos:

- a) Para certificado de pessoa física: Não se aplica.
- b) Para certificado de pessoa jurídica: Não se aplica.
- c) Para certificado de equipamento:
 - c.1) 4 (quatro) campos *otherName*, obrigatórios, contendo, nesta ordem:

i. OID = 2.16.76.1.3.8 e conteúdo = nome empresarial constante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sem abreviações, se o certificado for de pessoa jurídica;

ii. OID = 2.16.76.1.3.3 e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), se o certificado for de pessoa jurídica;

iii. OID = 2.16.76.1.3.2 e conteúdo = nome do responsável pelo certificado;

iv. OID = 2.16.76.1.3.4 e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do responsável pelo certificado, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável; nas 11 (onze) posições subsequentes, o número de Identificação Social – NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do RG do responsável; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF.

c.2) Para certificados do tipo SSL/TLS, Campo dNSName, obrigatório, contendo um ou mais domínios, seguindo as regras definidas na RFC 5280 e na RFC 2818.

7.1.2.4. Os campos *otherName*, definidos como obrigatórios, estão de acordo com as seguintes especificações:

a) o conjunto de informações definido em cada campo *otherName* é armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 OCTET STRING ou PRINTABLE STRING, com exceção do campo UPN que possui uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 UTF8 STRING;

b) quando os números de NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CEI ou Título de Eleitor não estiverem disponíveis, os campos correspondentes são integralmente preenchidos com caracteres “zero”;

c) se o número do RG não estiver disponível, não é preenchido o campo de órgão emissor/UF. O mesmo ocorre para o campo do município e UF se não houver número de inscrição do Título de Eleitor;

d) não se aplica;

e) todas as informações de tamanho variável, referentes a números, tal como RG, são preenchidos com caracteres “zero” a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;

f) as 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, sendo utilizados apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF do Título de Eleitor;

g) apenas os caracteres de A a Z, de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais, com exceção do campo UPN que utiliza caracteres especiais

7.1.2.5. Campos *otherName* adicionais, contendo informações específicas e forma de preenchimento e armazenamento definidos pela AC PRODEMGE SSL, podem ser utilizados com OID atribuídos ou aprovados pela AC-Raiz.

Campos *otherName* não obrigatórios quando não utilizados não terão seus OID incluído no certificado.

7.1.2.6. Os outros campos que compõem a extensão "*Subject Alternative Name*" podem ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280.

7.1.2.7. Não se aplica.

7.1.2.8. Não se aplica.

7.1.2.9. A AC PRODEMGE SSL implementa a extensão "**Extended Key Usage**", não crítica:

- a) Para certificados de assinatura de resposta OCSP: somente o propósito "OCSP Signing" (OID 1.3.6.1.5.5.7.3.9) está ativado;
- b) Para certificado de Autenticação de Servidor: deve conter o propósito "server authentication" (OID 1.3.6.1.5.5.7.3.1) ativado e pode conter o propósito "client authentication" (OID 1.3.6.1.5.5.7.3.2) ativado.

7.1.3. Identificadores de algoritmo

Os certificados emitidos pela AC PRODEMGE SSL são assinados com o uso do algoritmo RSA com SHA-256 como função de hash (OID 1.2.840.113549.1.1.11) ou algoritmo RSA com SHA-512 como função de hash (OID = 1.2.840.113549.1.1.13) na cadeia de certificação V5 conforme o padrão PKCS#1.

7.1.4. Formatos de nome

O nome do titular do certificado, constante do campo "*Subject*", adota o "*Distinguished Name*" (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, da seguinte forma:

- i. Nos formatos abaixo, os caracteres "<" e ">" delimitam campos que serão substituídos pelos seus respectivos valores; os caracteres "<" e ">" não devem ser incluídos.
- ii. Os dados necessários para preenchimento do DN deverão ser os informados na AUTORIZAÇÃO citada no item 3.1.9.1 ou 3.1.10.2 da DPC.
- iii. Todos os campos do DN são obrigatórios e devem ser preenchidos.
- iv. O tamanho máximo de cada componente do DN (C,CN,O,OU,etc) é de 64 caracteres.

Para certificado na hierarquia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira V5:

- C = BR
- O = ICP-Brasil
- OU = AC Prodemge SSL
- OU = <CNPJ da AR onde ocorreu a identificação presencial>
- OU = Assinatura Tipo A1
- CN = < URL correspondente ao equipamento >

Será escrito o nome até o limite do tamanho do campo disponível, vedada a abreviatura.

O campo E (endereço e-mail do titular do certificado) deixou de compor o "Distinguished Name" (DN) a partir da implementação da cadeia V5.

7.1.5. Restrições de nome

7.1.5.1. Neste item da PC, devem ser descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificados.

7.1.5.2. As restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificado emitidos pela AC PRODEMGE SSL são as seguintes:

- a) Não são admitidos sinais de acentuação, trema ou cedilhas;
 - i. Caracteres acentuados devem ser substituídos por seu correspondente sem acento;
 - ii. O cedilha deve ser substituído pelo caractere 'c'.

- b) - Apenas são admitidos sinais alfanuméricos e os caracteres especiais descritos na tabela abaixo:

Caractere	Código NBR9611 (hexadecimal)	Caractere	Código NBR9611 (hexadecimal)	Caractere	Código NBR9611 (hexadecimal)
Branco	20	(28	:	3A
!	21)	29	;	3B
"	22	*	2A	=	3D
#	23	+	2B	?	3F
\$	24	,	2C	@	40
%	25	-	2D	\	5C
&	26	.	2E		
'	27	/	2F		

7.1.6.OID (Object Identifier) de Política de Certificado

O OID desta PC é 2.16.76.1.2.1.95.

Todo certificado emitido segundo essa PC (PC A1 da AC PRODEMGE SSL) contém o valor desse OID presente na extensão Certificate Policies.

7.1.7. Uso da extensão “Policy Constraints”

Não se aplica.

7.1.8. Sintaxe e semântica dos qualificadores de política

Os campos “*policyQualifiers*” da extensão “*Certificate Policies*” contém o endereço *web* da DPC da AC PRODEMGE SSL (http://icp-brasil.ac.prodemge.gov.br/repositorio/dpc/ac_prodemge_ssl/dpc_ac_prodemge_ssl.pdf).

7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas

Extensões críticas são interpretadas conforme a RFC 5280.

7.2. Perfil de LCR

7.2.1. Número(s) de versão

As LCR geradas pela AC PRODEMGE SSL implementam a versão 2 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.2.2.Extensões de LCR e de suas entradas

7.2.2.1. Neste item são descritas todas as extensões de LCR utilizadas pela AC PRODEMGE SSL e sua criticalidade.

7.2.2.2. As LCR da AC PRODEMGE SSL obedecem a ICP - Brasil que define como obrigatórias as seguintes extensões:

- Authority Key Identifier, não crítica:** contém o hash SHA-1 da chave pública da AC PRODEMGE SSL;
- CRL Number, não crítica:** contém um número sequencial para cada LCR emitida pela AC PRODEMGE SSL.

8. ADMINISTRAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO

8.1. Procedimentos de mudança de especificação

Alterações nesta PC podem ser solicitadas e/ou definidas pelo Grupo de Práticas e Políticas da AC PRODEMGE SSL. A aprovação e consequente adoção de nova versão estarão sujeitas à autorização da AC Raiz.

8.2. Políticas de publicação e notificação

A AC PRODEMGE SSL mantém página específica com a versão corrente desta PC para consulta pública, a qual está disponibilizada no endereço web http://icp-brasil.ac.prodemge.gov.br/repositorio/dpc/ac_prodemge_ssl/pc_a1_ac_prodemge_ssl.pdf.

8.3. Procedimentos de aprovação

Esta PC foi submetida à aprovação, durante o processo de credenciamento da AC PRODEMGE SSL, conforme o determinado pelo documento CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL [3].

Novas versões serão igualmente submetidas à aprovação da AC Raiz.

9. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

9.1. Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.iti.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[1]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04
[3]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-03

9.2. Os documentos abaixo são aprovados por Instrução Normativa da AC Raiz, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.iti.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Instruções Normativas que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[2]	PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-01.01